

Escola de
ECONOMIA
de São Paulo

**Textos para
Discussão**

280

Maio
de 2011



CINCO MODELOS DE CAPITALISMO

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

Os artigos dos *Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas* são de inteira responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião da FGV-EESP. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos, desde que creditada a fonte.

Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP
www.eesp.fgv.br

Cinco modelos de capitalismo

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Capítulo do livro cuja redação está sendo terminada, *Capital, Organização e Crise Global*. Maio de 2011.

Abstract. Besides analyzing capitalist societies historically and think them in terms of phases or stages, we may compare different models or varieties of capitalism. In this work I make a survey of the literature on this subject, distinguish the classification that have a production or business approach to the ones that use mainly a political criterion. And present my own view on the matter that views five forms of capitalism. Among the rich countries, I see the “liberal-democratic or Anglo-Saxon model, the social or European model, and endogenous social integration or Japanese model; among developing countries, I distinguish the Asian developmental model from the liberal-dependent model that characterizes most other developing countries including Brazil.

Palavras-chave: capitalismo, modelos, variedades de capitalismo.

Classificação JEL: O-01, N-01.

Quando pensamos a história em termos de estágios, é inevitável que a pensemos também em convergência. Em cada modelo de capitalismo e de Estado as formas de organizar a produção ao nível da empresa são diferentes, o papel do Estado é diferente, as instituições são diferentes, e os valores básicos são diferentes. Mas há sempre uma demanda de democracia – de liberdade política e de direito de escolher os governantes – por parte do povo. Por isso e porque o medo de expropriação dos ricos pelos pobres foi historicamente diminuindo à medida em que o sufrágio universal foi sendo conquistado nos diferentes países, as classes dominantes se sentiram menos ameaçadas, e o sistema político dos países mais desenvolvidos tendeu a se tornar democrático. Em consequência, as classes trabalhadoras e as classes médias passaram a ter poder político suficiente para exigir do Estado proteção social e, desde os anos 1980, proteção ambiental. Além disso, como uma nação não pode permitir que seu sistema econômico fique à mercê das forças de mercado e das crises sucessivas que lhes são inerentes, todas as nações atribuíram ao Estado um poder regulador substancial. Existem, portanto, forças significativas operando no sentido da convergência, mas até hoje essas forças não foram suficientes para produzir um único modelo de capitalismo. Por outro lado, ao pensar em termos de estágios do

desenvolvimento, podemos também supor que os países retardatários seguem as mesmas etapas. Era o que estava implícito no marxismo original, e foi o que disse a sociologia da modernização dos anos 1940’60. Foi, por exemplo, o que afirmou de forma tão brilhante quanto ideológica Walt W. Rostow em *Os Estágios do Desenvolvimento* (1960) que tinha como subtítulo “Um manifesto não comunista”. Não cabe voltar a esse debate. Por isso, Rostow foi objeto de ampla crítica da esquerda nos anos 1960. Uma crítica justificada como seria, nos anos 1990, a crítica a Francis Fukuyama (1989) e sua tese sobre o fim da história.¹

Cabe, entretanto, discutir a questão dos modelos de capitalismo – uma questão que se tornou tema central depois do colapso da União Soviética. Marx ensinou há muito que dada a necessária correlação entre a base econômica e a superestrutura institucional e cultural das sociedades, o desenvolvimento capitalista tende a levar as sociedades que se desenvolveram mais tarde a convergir para os níveis de renda e para as formas de organização da sociedade dos países mais desenvolvidos. Não podemos, entretanto, nos subordinarmos a um determinismo histórico simplista, como fizeram marxistas no passado, e como fazem hoje, no extremo ideológico oposto, os neoliberais ao suporem a convergência de todos os países para o modelo de capitalismo que prevalece nos Estados Unidos.² Ao se desenvolverem economicamente as sociedades tendem a se transformar em sociedades democráticas e em sociedades definidas pelo capitalismo profissional. Tendem a se transformar em sociedades democráticas porque é isto o que se observa empiricamente, e porque, conforme a teoria que expus em outro trabalho (Bresser-Pereira 2002), à medida que a apropriação do excedente econômico deixa de ser realizada através do controle direta da economia pelo Estado para sê-lo através do mercado, e, em segundo lugar, que a burguesia perde o medo de ser expropriada pelos eleitores pobres e supostamente socialistas, ela cede às suas pressões mais modestas por democracia e sistemas minimamente democráticos são implantados. Mas essas razões não são suficientes para prever que o capitalismo dos

¹ Entre os grandes sociólogos de esquerda, saliento Wright C. Mills (1959) e entre os grandes adicionalmente nacionalistas, Guerreiro Ramos (1958), que fizeram críticas notáveis da sociologia da modernização.

² Podemos, inclusive, ter uma evolução no sentido inverso. O país com maior renda por habitante convergir para formas de organização social desenvolvidas por países com renda um pouco menor. Por exemplo, o presidente Barak Obama logrou aprovar lei criando nos Estados Unidos um sistema de saúde quase universal, o que levou os conservadores americanos a protestarem afirmando que o novo presidente estava querendo transformar os Estados Unidos em um país “socialista” como, para eles, seria o modelo Europeu.

profissionais será igual em toda parte. Experiências históricas e políticas diferentes e o atraso do desenvolvimento de algumas nações em relação a outras são razões suficientes para que possamos pensar em vários modelos de capitalismo – tanto de capitalismo desenvolvido que será sempre um modelo de capitalismo dos profissionais, como de capitalismo de países em desenvolvimento.

No auge dos 30 Anos Neoliberais do capitalismo (1979-2008), nos anos 1990, seus intelectuais orgânicos proclamaram a vitória do modelo anglo-saxão de capitalismo – aquele que mais completamente se havia transformado em uma “sociedade de mercado”. Ou, com mais precisão, em uma “economia de mercado”, já que para eles não existe a sociedade, mas apenas o mercado, apenas contratos de compra e venda possibilitada por custos de transação geralmente baixos. “No princípio era o mercado” diziam eles, e só porque em certos casos os custos de transação eram altos surgiu essa “distorção” que é a organização e, em particular, o Estado. Não cabe aqui discutir o quão ideológico e absurdo é esse tipo de pensamento. Vale a pena, entretanto, salientar, como fez Robert Boyer (2004: 10), um equívoco fundamental ocorrido na teoria econômica: “os economistas continuam, na sua maioria, a estudar a economia de mercado sem ousar tratar do capitalismo enquanto sistema econômico”. Ou seja, ignoram que os sistemas econômicos são sistemas sociais e políticos; não são constituídos apenas por relações de compra e venda, mas por relações econômicas reguladas pelo Estado – Estado este que expressa a vontade do sistema de forças existente na sociedade. Não existem relações econômicas sem relações políticas, não existe análise econômica sem análise política. O capitalismo não é uma mera abstração, uma economia de mercado, mas um sistema econômico historicamente situado, sempre em evolução, sempre refletindo a mudança tecnológica e as lutas políticas através das quais se expressam e mudam as ideologias e as instituições. A tese neoliberal, ingenuamente determinista e pateticamente ideológica, segundo a qual o modelo anglo-saxão seria “uma camisa de força dourada” (a golden straight jacket), supõe um modelo econômico único para o qual tenderiam os demais na medida em que “as forças do mercado se tornassem vitoriosas”. Ainda que haja uma convergência, ela está longe de ser linear (está sempre sujeita a crises e retrocessos), e está longe de ser determinista (pelo contrário, está cada vez mais sujeita à liberdade humana expressa na política). Como não fazia sentido dizer que a história caminhava necessariamente para o socialismo e o comunismo, não faz, também, sentido pensar

que a história nos leva a qualquer paraíso identificado com o capitalismo americano – um capitalismo que hoje está atrasado em relação ao capitalismo europeu, na medida em que está mais longe dos objetivos de segurança, liberdade, bem-estar econômico, justiça social e proteção do ambiente do que os países europeus mais desenvolvidos. Conforme nos diz ainda Boyer, “a hipótese de um modelo canônico em torno do qual gravitaria uma série de elementos menores foi desmentida em favor de uma visão que insiste sobre a forte dependência da situação presente em relação aos compromissos políticos passados”. A tecnologia é sem dúvida importante em aproximar as formas avançadas de capitalismo, as instituições também têm esse papel, mas, continua Boyer, “a linearidade do impacto das instituições sobre os indicadores de performance é também discutível”. Existem, portanto, fatores de convergência, mas não se pode falar nem em modelo de capitalismo canônico, nem em linearidade e convergência necessária no processo de desenvolvimento econômico. Precisamos pensar em modelos de capitalismo.

Nos últimos vinte anos desenvolveu-se uma ampla literatura sobre os modelos de desenvolvimento. A classificação que eu chamaria de “fundadora” é a de Gøsta Esping-Andersen (1990) que estudando o Estado Social ou do Bem-Estar Social, distingue três modelos: “liberal” (Estados Unidos), “corporativo” (Alemanha) e “socialdemocrático” (países escandinavos). Michel Albert (1991) comparou os modelos “norte-americano” e “renano” (França e Alemanha). Peter Hall e David Soskice (2001) desenvolveram a tese da Variedade de Capitalismos usando como critério principal as relações existentes dentro das empresas, e dividiram os países da OCDE em “economias liberais de mercado” e “economias coordenadas de mercado”. Desenvolvida de forma academicamente rigorosa, esta é hoje a teoria dominante sobre o tema. John D. Stephens (2002) fez uma distinção interessante entre “países liberal-democráticos” (como os Estados Unidos), “países cristão-democráticos de bem-estar social” (como a Alemanha), “países socialdemocráticos de bem-estar social” (como os escandinavos), e “países de bem-estar social assalariados” (Austrália e Nova Zelândia). Boyer (2004), por sua vez, a partir dos modos de regulação, distinguiu quatro formas de capitalismo avançado: “de mercado” (como os Estados Unidos), “mesocorporativista” (como o Japão), “público/integração” (como a França) e “socialdemocrata” (como os países escandinavos).

Cinco modelos de capitalismo

Embora diferentes porque usam critérios diferentes, essas classificações apresentam semelhanças significativas. A classificação que venho defendendo há já algum tempo é também semelhante, mas, como a de Esping-Andersen e ao contrário das de Schmitter, de Hall e Soskice e de Boyer, que enfatizam diferenças ao nível da produção e portanto entre as empresas, eu uso um critério político os modelos dos países ricos: a decisão histórica sobre o caráter e o grau da intervenção do Estado. Além disso, dois modelos de capitalismo adicionais – dois modelos de capitalismo “em desenvolvimento”. Ao adotar o Estado como o critério chave da classificação de modelos de capitalismo, estou, em primeiro lugar, assinalando a importância fundamental das instituições. Afinal, o Estado é o sistema constitucional-legal e a organização que o garante. É, portanto, a instituição maior nas sociedades capitalistas. Ao afirmar que a natureza desse Estado é uma “decisão” da sociedade, estou assinalando o caráter político do critério que estou adotando. O Estado, mesmo aquele que não é democrático, é sempre uma construção política. Na medida em que a democracia melhora de qualidade ou há a democratização, o caráter deliberado dessa construção fica mais forte. A decisão política dos cidadãos nas sociedades democráticas que determina o caráter do Estado diz respeito ao tamanho do Estado, a quão grandes devem ser as despesas sociais, e, portanto, implica definir se ele deve ser um Estado Social ou apenas um Estado Liberal. Adicionalmente, diz respeito ao grau da regulação que ele deve exercer sobre a vida social e econômica é determinante do modelo de capitalismo. Não uso, portanto, como critério de classificação a estrutura interna das empresas e as formas de relação capital-trabalho existentes nelas. Não me deixei, portanto, convencer pela tese das variedades de capitalismo. Não reconheço diferenças significativas de caráter estrutural, e as diferenças na relação capital-trabalho que, sim, são grandes, estão hoje reguladas pelo Estado.

Utilizando como critérios principais o tamanho do Estado e o grau de regulação existente seja para promover o desenvolvimento econômico, ou para proteger o trabalho e limitar a desigualdade econômica, vejo hoje três modelos de sociedade capitalista nos países desenvolvidos: o “modelo liberal-democrático” que caracteriza os países anglo-saxões, o “modelo social” ou “europeu”, característico dos países

européus mais desenvolvidos, e o “modelo japonês” ou “de integração social endógena” que tem no Japão seu representante canônico. Mas não faz mais sentido nos limitarmos aos países ricos. Entre os países em desenvolvimento existem países de renda média que já completaram sua revolução capitalista e países pobres. Entre os primeiros que já são países plenamente capitalistas, distingo o “modelo desenvolvimentista asiático” que caracteriza a China, a Índia e outros países asiáticos dinâmicos que crescem muito rapidamente, e o “modelo liberal-dependente” que caracteriza países como o Brasil, o México, a África do Sul e a Turquia, cujas taxas médias de crescimento do PIB tendem a ser substancialmente menores.

É claro que é possível classificar o capitalismo de muitas outras maneiras. Não distingo, por exemplo, no modelo europeu, o “modelo socialdemocrata” do “modelo corporativista”, como fez Esping-Andersen, embora reconheça diferenças entre eles, porque não considero essas diferenças suficientemente grandes: não é apenas na Escandinávia que existe um grande Estado Social; ele está presente também em diversos outros países europeus desenvolvidos. Por outro lado, há diferenças de nomes: Boyer, por exemplo, denomina o modelo asiático de “mesocorporativista” e eu prefiro chamá-lo de “modelo japonês” ou “de integração social endógena” porque o corporativismo existe também nos países europeus, enquanto que aquilo que entendo por integração social endógena – a construção de um sistema de solidariedade dentro das famílias e dentro das empresas, sem a direção do Estado – é exclusiva do modelo japonês.

No modelo liberal-democrático a intervenção do Estado é a menor possível. E sempre minimizada em termos de discurso – o discurso neoliberal. O Estado tem papel limitado na área dos serviços sociais de educação e saúde e na de proteção ou previdência social. A proteção “trabalhista”, ou seja, as leis de proteção do trabalho cujo custo recai sobre as empresas e não sobre o Estado, é mínima. O número de empresas estatais é mínimo. A regulação das empresas, limitada. Individualismo, inovação tecnológica e competição prevalecem sobre a cooperação e a solidariedade social.

No modelo socialdemocrata, o poder da classe profissional, em especial da burocracia pública, é maior do que no modelo anglo-saxão. A intervenção do Estado ocorre tanto ao nível da produção ou da política industrial quanto na área da proteção do trabalho e

no fornecimento gratuito ou quase de serviços sociais consumidos coletivamente. Embora entre os países europeus que se situam neste grupo alguns sejam “mais” sociais do que outros porque garantem mais extensiva e efetivamente os direitos sociais, prefiro, no nível agregado em que estou pensando, não distinguir o capitalismo renano do escandinavo: são todos socialdemocratas; buscam a integração e construção de solidariedade através da regulação pelo Estado. Este modelo convergiu para o modelo anglo-saxão nos anos neoliberais, mas continua ainda muito diferente. Depois da crise financeira global de 2008, se houver mais convergência, será na outra direção na medida em que essa crise foi essencialmente uma crise do neoliberalismo.

Já no modelo japonês de capitalismo, o Estado deixa a proteção social por conta das famílias e das empresas, portanto, por conta das tradições ou do espírito de solidariedade partilhado em seu seio. Este modelo de capitalismo caracteriza-se por uma igualdade econômica maior do que a existente na Europa, mas, em compensação, não conta com as instituições do Estado Social. A segurança individual fica por conta da família e da empresa. Esse modelo também convergiu em vários aspectos para o modelo liberal. Por exemplo, a garantia do emprego para a vida nas empresas, que talvez seja a característica mais específica desse modelo, está desaparecendo. Mas o capitalismo existente no Japão continua muito diferente tanto do modelo liberal quanto do modelo social ou europeu. Não discutirei aqui esse modelo porque é muito distante do existente no Ocidente. O papel da burocracia pública e das grandes burocracias privadas no seio das grandes empresas é central. Este modelo entrou em crise no Japão em 1990, e desde então não logra retomar o crescimento.

Entre os países em desenvolvimento, o modelo desenvolvimentista asiático se caracteriza pela existência informal de uma estratégia nacional de desenvolvimento – um sistema de leis, políticas públicas, acordos e entendimentos visando criar oportunidades de investimento lucrativo para os empresários –, por uma forte intervenção do Estado na economia de forma a tornar essa estratégia operativa, e por um baixo nível de proteção do trabalho. Esse modelo é naturalmente inspirado no modelo japonês.

O “modelo liberal-dependente”, finalmente, caracteriza-se pelo caráter dependente em diversos graus de suas elites e pela falta de uma estratégia nacional de

desenvolvimento. Do ponto de vista da estrutura social, este modelo se caracteriza pela aliança política entre uma burguesia industrial nascente e uma burocracia pública e privada também nascente. Em uma primeira fase, o Estado além de indutor do desenvolvimento econômico, é produtor, porque se encarrega da poupança forçada e dos investimentos que exigem grandes capitais e proporcionam retorno lento. Nessa fase, o caráter profissional ou tecnoburocrático do capitalismo é muito claro. Em uma segunda, depois de se formar um sistema empresarial poderoso, o Estado reduz seus investimentos, mas continua a ter um papel indutor importante. E, em alguns casos, como o do Brasil, caracterizado por elevado grau de desigualdade, desenvolve compensatoriamente um sistema de proteção social amplo. Já os países asiáticos dinâmicos, que não apresentam essa desigualdade, mantêm o Estado afastado da área social. Alguns desses países, como o Brasil, tiveram entre 1950 e 1980 uma estratégia desenvolvimentista e cresceram extraordinariamente, mas depois de passarem por uma grande crise nos anos 1980, submeteram-se às reformas e políticas macroeconômicas originadas em Washington e Nova York. A classificação dos países nesse modelo de capitalismo é naturalmente instável. No Brasil e na Argentina vem havendo desde o início dos anos 2000 um esforço para recuperar a autonomia nacional e definir uma estratégia nacional de desenvolvimento.

Qual a causa das diferenças de modelo de capitalismo. As causas da diferença entre os três modelos de países ricos e dos dois modelos de países de renda média está, de um lado, no caráter retardatário dos segundos e na relação imperialista entre os primeiros e os segundos, de outro, na vantagem dos segundos em relação aos primeiros na competição global devido a sua mão-de-obra barata e a possibilidade de absorver tecnologia já desenvolvida pelos países ricos. Quanto às diferenças entre os três modelos de capitalismo de países ricos, elas decorrem do papel principal que o Estado desempenha na coordenação das sociedades modernas. O Estado define o modelo de capitalismo. Naturalmente, isto ocorre de forma dialética, porque nenhum sistema constitucional-legal se sustenta se não tiver legitimidade social. Mas, por que no modelo europeu temos o Estado Social enquanto no modelo anglo-saxão, o Estado Liberal? Provavelmente porque no modelo europeu os partidos socialistas ou socialdemocráticos tiveram e ainda têm uma influência maior na construção de seus respectivos Estados do que aconteceu nos países do modelo anglo-saxão. Em outras palavras e como veremos um pouco mais adiante neste livro, porque o centro político

dos países do modelo europeu está mais à esquerda do que o centro político dos países do modelo anglo-saxão. Nos Estados Unidos, seja porque seu êxito capitalista foi muito grande desde o início de sua história, seja porque a repressão ao socialismo foi violenta, não existe até hoje um partido que possa ser considerado socialdemocrático.

Questão da justiça

De acordo com Esping-Andersen (1990: 20), o Estado Liberal que caracterizaria os Estados Unidos segue um critério “residual”: o Estado assume a responsabilidade quando o indivíduo ou a família falham.³ Esse tipo de Estado e de modelo de capitalismo, ao contrário dos europeu e do japonês, limita os direitos universais, e adota uma política de assistência social individualizada baseada na renda das pessoas. Dessa forma seu efeito no sentido de reduzir a desigualdade econômica permanece limitado. Esping-Andersen também fala sobre corporativismo. O conceito de capitalismo corporativista foi proposto originalmente por Philip Schmitter cujo paper, “Still a century of corporatism?” (1974) pode ser considerado fundador da pesquisa sobre modelos de capitalismo. Nele Schmitter centra sua atenção na Alemanha e mostra como o capitalismo naquele país é diferente do capitalismo americano, fundamentalmente porque a coordenação econômica não está simplesmente baseada em um mercado pouco regulado como acontece no capitalismo liberal, mas em um Estado mais poderoso, e principalmente, em um acordo semiformal entre os trabalhadores e os capitalistas intermediado pelo Estado. Os trabalhadores têm participação na direção das empresas, e o conflito capital-trabalho é moderado pelo Estado a partir de um entendimento entre as empresas e os trabalhadores, ou, em outras palavras, a partir de uma coalizão de classes em que se garante aos trabalhadores participação nos ganhos de produtividade e a oferta pelo Estado dos serviços sociais e científicos na área da previdência, da educação e principalmente da saúde.

O modelo europeu ou social de capitalismo está profundamente entranhado na sociedade europeia, de forma que sua emergência não dependeu de um partido

³ Esping-Andersen (1990: 20) faz essa afirmação a partir da clássica distinção de Robert Titmuss (1958) entre o Estado do bem-estar “residual” e o “institucional”.

socialdemocrático estar no poder. O Estado Social na Alemanha, por exemplo, foi em boa parte realizado pelo partido conservador, o Partido Democrata Cristão, que adotou um nome para sua política: “economia social de mercado”. Os partidos de centro-esquerda são sempre mais favoráveis ao Estado Social, mas a natureza social do capitalismo europeu deriva principalmente da visão que cada sociedade civil nacional tem do papel do Estado e do grau de solidariedade que existe entre seus membros. Foi certamente devido ao fato de que os partidos de esquerda tiveram uma influência importante na construção da sociedade e do Estado dos países mais desenvolvidos da Europa, enquanto que o mesmo não ocorreu nos Estados Unidos, que tornou o capitalismo Europeu diferente do capitalismo liberal. Nos anos 1980 e 90, a onda ideológica neoliberal tentou eliminar tais avanços e retroceder do Estado Social para o Estado liberal-democrático, mas não teve êxito. Ela foi mais bem-sucedida na implantação de reformas radicais, como a privatização do sistema básico de seguridade social, em alguns países em desenvolvimento, que foram incapazes de se proteger dos excessos ideológicos.⁴

A oposição entre partidos políticos conservadores e liberais caracterizou o capitalismo clássico; a oposição entre partidos políticos liberais (agora, conservadores) e socialdemocráticos vem definindo o capitalismo dos profissionais. Os modelos de capitalismo aqui discutidos são todos modelos do capitalismo dos profissionais. É verdade que no modelo europeu e no modelo japonês os profissionais alcançaram mais poder do que no modelo liberal de capitalismo. Mas em todos eles a classe profissional está presente e é poderosa. Em todos os países um partido conservador ou de centro-direita e um partido progressista ou socialdemocrata se revezam no poder. Mas a vitória de um partido conservador ou liberal não significa que o capitalismo voltará a ser o capitalismo clássico; o capitalismo continua tecnoburocrático e socialdemocrático. Essa vitória significa apenas que as forças liberais que se opõem ao Estado Social ou ao capitalismo socialdemocrático avançaram um pouco, como a vitória do partido de progressista ou socialdemocrático significará o oposto.

Nos Estados Unidos, o New Deal foi um passo na direção do capitalismo socialdemocrático, mas o processo de mudança não foi completado. As forças conservadoras continuaram poderosas e até hoje têm impedido que a sociedade

⁴ Com relação à reforma da seguridade social, esse é o caso do Chile e da Argentina.

americana transite do capitalismo liberal para o social. Na Europa seu Estado Social foi colocado sob ataque durante os 30 Anos Neoliberais, mas resistiu: houve flexibilização das leis trabalhistas, mas não houve diminuição, pelo contrário houve aumento do gasto social público. No presente, depois da crise financeira global de 2008 haver marcado o colapso do neoliberalismo, custa-me acreditar que os conservadores americanos conseguirão impedir a transição de sua sociedade para o modelo social de capitalismo.

Dada a hegemonia ideológica exercida pelos Estados Unidos nos anos 1990, pretendeu-se que o modelo liberal de capitalismo seria superior ao modelo social, mas quando comparamos os cinco objetivos políticos das sociedades modernas – segurança, liberdade, bem-estar, justiça social, e proteção da natureza – é difícil não ver os melhores resultados alcançados pelo modelo mais solidário existente na Europa. Nesta, os governos de esquerda e de direita se alternam como se alternam nos Estados Unidos o Partido Democrata e o Republicano, mas os conceitos de direita e de esquerda só fazem sentido em relação a um “centro” político. Ora esse centro na Europa, mesmo na Grã-Bretanha, está claramente mais à esquerda do que nos Estados Unidos. Enquanto no modelo liberal dos Estados Unidos o individualismo é dominante, no modelo social da Europa do euro, mesmo no momento de auge do neoliberalismo, a solidariedade e cooperação social tiveram papel maior. Entre muitos sintomas do que estou afirmando está a disposição da sociedade em pagar impostos. Enquanto nos Estados Unidos a carga tributária está pouco acima de 30% do PIB, na Europa está próxima de 50%. Como se tratam de democracias, essas cargas tributárias são resultado de decisão política dos cidadãos. Quando, na Europa, seus cidadãos aceitam ou decidem pagar mais impostos do que nos EUA, isto significa que optam por um consumo coletivo igualitário relativamente maior e um consumo individual relativamente menor. Este consumo coletivo é alcançado através da provisão dos serviços de educação, de saúde, e de seguridade social gratuitos ou quase gratuitos financiados pelo Estado. Quando comparamos o capitalismo europeu com o dos Estados Unidos, observamos que no modelo social de capitalismo a distribuição da renda é mais igual e os direitos sociais são mais ampla e mais generosamente assegurados. Países como a Grã-Bretanha, a Nova Zelândia e a Austrália estão em situação intermediária. Apesar da imensa riqueza dos Estados Unidos, apenas em 2010 foi aprovada uma lei ampliando consideravelmente os cuidados de saúde, mas

ainda não os tornando universais como são na Europa. Se a qualidade de um modelo de capitalismo e de um tipo de Estado for medida por quanto ele pode proporcionar dos cinco bens públicos valorizados pelas sociedades modernas (segurança, liberdade, justiça social, bem-estar e proteção ao ambiente) há poucas dúvidas de que as sociedades europeias mais desenvolvidas avançaram mais em cada um desses objetivos do que Estados Unidos. Robert Goodin et al. utilizaram a classificação dos modelos de capitalismo de Esping-Andersen em “liberal”, “corporativista” e “socialdemocrático” para realizar uma investigação em três países que representam as três formas de estado de bem-estar social: os Estados Unidos, a Alemanha e os Países Baixos. Após uma análise exaustiva, eles concluíram que o modelo socialdemocrático de promoção do bem-estar social é superior aos dois outros:

O regime socialdemocrático do bem-estar social é pelo menos tão bom quanto (e geralmente melhor) do que os outros dois regimes de bem-estar social em relação a todos os objetivos *sociais* que tradicionalmente estabelecemos para os regimes de bem-estar social”. (1999: 262)

Questão da eficiência

Será o modelo europeu de capitalismo além de mais justo, mais eficiente, mais capaz de promover o desenvolvimento econômico? A ideologia neoliberal afirmou categoricamente que não. E argumentou que o modelo liberal estimulava mais o trabalho árduo enquanto os mercados alocavam melhor os fatores de produção. Entretanto, desde os anos 1980 as taxas de crescimento da produtividade nos países mais avançados da Europa são comparáveis aos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Por que? Provavelmente porque foi possível observar que a eficiência não é produto da simples competição no mercado, mas da combinação da competição com a cooperação, do individualismo com a solidariedade, do mercado livre com sua administração. O mercado é sempre o instrumento principal de coordenação econômica – foi graças a isso que o capitalismo tornou-se dominante – mas os mercados são sempre socialmente construídos e são regulados pelo Estado, não havendo nenhuma razão para crer que, deixados inteiramente “livres”, serão mais eficientes a não ser que acreditemos no conto de fadas de que os mercados reais se aproximam do modelo da competição perfeita. É verdade que em alguns países europeus a regulação excessiva dos negócios e da mão-de-obra pode reduzir a competição e representar um estímulo negativo ao espírito empreendedor. Mas, em

compensação, nas sociedades mais igualitárias e mais protegidas existente na Europa alcança-se um grau maior coesão social e de legitimidade do Estado, de suas leis e de seus governos. Além disso, a maior homogeneidade social reflete cooperação e estimula o trabalho eficiente. Uma seguridade social mais ampla e generosa em termos de auxílio desemprego torna os trabalhadores mais dispostos a aceitarem a diminuição de suas garantias de emprego (algo que é importante para a competitividade das empresas). A maior flexibilidade nos mercados de trabalho implicou maior instabilidade no emprego e aumento do trabalho em tempo parcial; os sindicatos, por sua vez, concordaram em restringir suas demandas salariais para garantir a competitividade internacional da empresa. Entretanto os prejuízos para os trabalhadores com essa flexibilização foram parcialmente compensados com o sistema da flexiseguridade desenvolvido inicialmente na Dinamarca: enquanto os sindicatos concordaram em restringir suas demandas salariais e a concordar com certa perda de segurança no emprego, os governos aumentaram os prazos do auxílio desemprego e desenvolveram políticas efetivas para retrainar e ajudar os desempregados a encontrarem novo trabalho. Portanto, não foi necessário copiar o sistema norte-americano e dismantelar o Estado Social, como supunham os neoliberais. No início do século XXI, o desemprego médio nos países europeus era aproximadamente igual ao dos Estados Unidos, e, embora o crescimento bruto fosse menor na Europa, em termos per capita era praticamente igual devido ao crescimento populacional muito mais rápido no primeiro país. E os países europeus mantiveram seu Estado Social. Os gastos em serviços sociais que produzem serviços de consumo coletivo (igual para todos), financiados por impostos, continuaram próximos de 30 por cento na Europa Ocidental e Norte, enquanto que nos Estados Unidos, em uma demonstração de menor solidariedade social, eles correspondiam a cerca de 15 por cento do PIB.

Nos 30 anos que se encerraram em 2008 os neoliberais e neoconservadores que ocuparam o Estado americano (cujo modelo de capitalismo já estava próximo de suas propostas) procuraram estender seu modelo para o resto do mundo. Entretanto, não obstante toda a sua potência econômica, toda a sua potência militar, e todo o seu *soft power* que se expressa por suas marcas prestigiosas, por suas notáveis universidades, por sua música popular e pelo seu cinema, a capacidade dos Estados Unidos de exportar para o resto do mundo sua própria forma de capitalismo se mostrou limitada.

Revelou-se limitada na Europa, porque, se é verdade que os países europeus “flexibilizaram” suas leis de proteção ao trabalho, em compensação lograram manter e mesmo ampliar seu Estado Social. Revelou-se limitada no Japão por razões culturais e porque o neoliberalismo coincidiu, no Japão com uma longa quase-estagnação que se desencadeou em 1990, depois de os japoneses haverem se submetido à pressão americana e apreciado sua moeda. Revelou-se limitada nos países asiáticos dinâmicos inclusive a China e a Índia, porque esses países compreenderam que as reformas neoliberais que constituíram o consenso de Washington conflitavam com sua estratégia nacional de desenvolvimento baseada em austeridade fiscal, taxa de câmbio competitiva, e papel estratégico para o Estado. Revelou-se, entretanto, poderosa em relação aos demais países em desenvolvimento que ao implantarem reformas neoliberais, ao abrirem seus mercados financeiros, e ao praticarem a política macroeconômica recomendada por Washington baseada em taxa de câmbio valorizada “para combater a inflação” viram-se lançados em crises financeiras e suas taxas de crescimento econômico foram substancialmente inferiores ao seu potencial. Entretanto, desde o início dos anos 2000 as eleições nos países latino-americanos de líderes políticos de esquerda e nacionalistas refletiram o fracasso das reformas neoliberais e a tentativa desses países de adotar um novo desenvolvimentismo inspirando no modelo desenvolvimentista asiático.⁵

Referências

- Albert, Michel (1991) *Capitalisme Contre Capitalisme*, Paris: Éditions du Seuil.
- Boyer, Robert (2004) *Une Théorie du Capitalisme. Est-elle Possible?* Paris: Odile Jacob.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2002) “ Why did democracy become widespread and consolidated only in the twentieth century” Paper presented to the III Conference of the Brazilian Society of Political Science, ABPC, Niteroi, July 29-31, 2002. Disponível em www.bresserpereira.org.br.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2009) *Globalização e Competição*, Rio de Janeiro: Elsevier-Campus.

⁵ Na área do desenvolvimento econômico eu desenvolvi desde 1991 todo um conjunto de modelos econômicos e de análises econômicas e políticas que me levaram a definir uma estratégia nacional de desenvolvimento baseada no modelo desenvolvimentista asiático que chamei de “novo desenvolvimentismo” que tem por trás, como base teórica, o esboço de uma macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. Estas ideias estão desenvolvidas em *Globalização e Competição* (Bresser-Pereira 2009).

- Esping-Andersen, Gøsta (1990) *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Fukuyama, Francis (1989) "The end of history?" *The National Interest*, 56 verão de 1989.
- Goodin, Robert E. et al. (1999) *The Real Worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Guerreiro Ramos, Alberto (1958) *A Redução Sociológica*, Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB.
- Hall, Peter A. and David Soskice (2001) "An introduction to *Varieties of Capitalism*", in Hall and Soskice, eds. (2001): 1-70.
- Hall, Peter A. and David Soskice, eds. (2001) *Varieties of Capitalism*, Oxford: Oxford University Press.
- Huber, Evelyne, ed. (2002) *Models of Capitalism: Lessons for Latin America*. Pennsylvania: Penn State University Press.
- Mills, C. Wright (1959) *The Sociological Imagination*, Oxford: Oxford University Press.
- Rostow, Walt W. (1960) *The Stages of Economic Growth*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schmitter, Philippe C. (1974) "Still a century of corporatism?", *Review of Politics* 36(1): 7-52.
- Stephens, John D. (2002) "European welfare state regimes: configurations, outcomes, transformations", in Evelyne Huber, ed. (2002): 303-338.
- Titmuss, Robert (1958) *Essays on the Welfare State*, Londres: Allen and Unwin.